



Projeto Pedagógico de Curso

Pós-Graduação *Lato Sensu*
Direito ambiental

Sumário

1.	Nome do Curso e Área do Conhecimento	2
2.	Características Técnicas do Curso	2
3.	Público Alvo.....	2
4.	Critérios de Seleção	2
5.	Justificativa do Curso	3
6.	Objetivos do Curso.....	3
7.	Metodologia de Ensino e Aprendizagem	3
8.	Estágio Não Obrigatório.....	6
9.	Matriz Curricular	7
10.	Carga Horária	7
11.	Conteúdo programático.....	7
12.	Infraestrutura Física e Pedagógica.....	20

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Nome do Curso: Direito ambiental

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas (60000007)

Área de Avaliação (CAPES): Direito

Área do Conhecimento (CAPES): Direito (60100001)

Classificação OCDE: Negócios, administração e direito

2. Características Técnicas do Curso

Modalidade: Educação a Distância

Número máximo de vagas por Polo/Unidade: 100 alunos

Período de Oferecimento: O curso possui entrada intermitente, respeitadas as datas de início e de fim cadastradas na oferta, bem como observado o período indicado para a sua integralização.

Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

3. Público Alvo

Este curso destina-se a profissionais de nível superior interessados em aprofundar seus conhecimentos em relação a sustentabilidade ambiental, destacando aspectos social, político e econômico e jurídico.

4. Critérios de Seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de processo seletivo descrito em Edital (inscrição, seleção e matrícula).

5. Justificativa do Curso

O Direito Ambiental é uma área do conhecimento que estuda as interações do homem com a natureza e os mecanismos legais para proteção do meio ambiente. Assim, devido essa constante interação, busca-se discutir não só assuntos relacionados ao direito, mas sociais, econômicas, gestão, auditoria, abarcando assim um conjunto amplo de profissionais. O curso, então parte de noções gerais até os conhecimentos específicos, considerando a integração de assuntos jurídicos aos conhecimentos técnicos de gestão presentes nas legislações.

6. Objetivos do Curso

6.1. Objetivos Gerais

- Ampliar a reflexão de conceitos e práticas envolvidas no Direito Ambiental, com visão interdisciplinar, apresentando tópicos relacionados aos desafios na gestão e legislação ambiental.

6.2. Objetivos Específicos

- Despertar o interesse na legislação ambiental no contexto brasileiro e internacional;
- Apresentar tópicos relacionados ao Direito Penal Ambiental;
- Discorrer sobre os fundamentos da responsabilidade social e ambiental;
- Verificar aspectos de planejamento como um processo de intervenção ao cenário político da ação estatal e privada.
- Desenvolver o interesse pela pesquisa dentro da área de Direito Ambiental.

7. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 40 horas por disciplina.

Estas 40 horas são compostas pelo estudo dos diversos insumos pedagógicos disponibilizados, como:

- ✓ materiais de leitura;

- ✓ videoaulas;
- ✓ slides;
- ✓ podcasts;
- ✓ indicações de leituras extras como artigos e capítulos de livros.

Como parte do modelo acadêmico, também contabilizamos:

- ✓ a interação com os tutores para esclarecimentos de dúvidas pedagógicas (via Fórum);
- ✓ a realização da avaliação disciplinar pelo aluno.

Vale ressaltar que cada aluno é único e tem seu próprio tempo para aprendizagem. Alguns conseguem assimilar o conteúdo com mais agilidade, outros precisam retomar as leituras e videoaulas para tornar sua aprendizagem efetiva.

O tempo gasto pelo aluno para o entendimento de cada disciplina depende também da sua familiaridade com o tema, ou seja, o conhecimento prévio que o aluno tem em relação a temática abordada.

No ambiente virtual, o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizados em temas/webaulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades baseadas em leitura de textos de fundamentação teórica e acesso a recursos audiovisuais.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas por meio de ferramentas de comunicação.

O aluno, ao iniciar os seus estudos, terá um encontro presencial para acolhida/ambientação; esse encontro terá como objetivos:

- ✓ Integrar o aluno ao curso de Pós-Graduação.
- ✓ Dialogar e esclarecer as dúvidas sobre a proposta pedagógica do curso e as regras acadêmicas.
- ✓ Apresentar ao aluno o Ambiente Virtual de Aprendizagem (o primeiro acesso; o envio de documentos; os serviços de secretaria e financeiro; a disciplina Ambientação; a tutoria

online; o boletim acadêmico; as disciplinas e seus conteúdos; a biblioteca virtual; entre outros).

- ✓ Proporcionar um momento de Network aos pós-graduandos.

Avaliação do Desempenho do Aluno

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação.

A atividade avaliativa que o aluno realizará para compor a sua média é a Avaliação Virtual (AV); essa atividade é obrigatória e estará disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, conforme cronograma de seu curso.

Para a aprovação em cada uma das disciplinas, o aluno deverá obter frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) nas disciplinas terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento e respeitando o período de jubramento do curso.

O PDR será realizado no ambiente virtual de aprendizagem, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma Avaliação Virtual - AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas as condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas.

Certificação

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Composição do Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo integrado, no mínimo, por 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação vigente. Os demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

8. Estágio Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução de problemas reais da profissão, proporcionando o desenvolvimento da análise crítica e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

O estágio curricular não obrigatório do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* segue as diretrizes estabelecidas pela Lei Nº 11.788/2008.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

- I. proporcionar o exercício do aprendizado comprometido com a realidade socioeconômica-política do país;
- II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e
- II. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que sigam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social.

O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso/professor orientador e do Departamento de Estágios.

9. Matriz Curricular

DISCIPLINAS	CH PRÁTICA	CH TEÓRICA	CH TOTAL
Ambientação	0h	0h	0h
Legislação ambiental	0h	40h	40h
Auditoria ambiental	0h	40h	40h
Gestão da responsabilidade social e ambiental	0h	40h	40h
Saneamento ambiental e saúde pública	0h	40h	40h
Estudos de conflitos ambientais: impactos ambientais e de vizinhança	0h	40h	40h
Planejamento e políticas ambientais	0h	40h	40h
Licenciamento ambiental	0h	40h	40h
Direito penal ambiental	0h	40h	40h
Direito ambiental internacional	0h	40h	40h

10. Carga Horária

A carga horária de 360h constitui o conteúdo ministrado em 9 (nove) disciplinas.

11. Conteúdo programático

Disciplina: Ambientação

Ementa: Histórico da Educação a Distância. Legislação da Educação a Distância no Brasil. Potencialidades da Educação a Distância. Flexibilidade de Acesso. Tecnologias para apoio à pesquisa. Aprendizagem colaborativa. Características do aluno na EAD. Boa convivência virtual: netiquetas.

Conteúdo Programático 1: Histórico da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 2: Legislação da Educação a Distância no Brasil.

Conteúdo Programático 3: Potencialidades da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 4: Flexibilidade de Acesso.

Conteúdo Programático 5: Tecnologias para apoio à pesquisa.

Conteúdo Programático 6: Aprendizagem colaborativa.

Conteúdo Programático 7: Características do aluno na EAD.

Conteúdo Programático 8: Boa convivência virtual: netiquetas.

Bibliografia:

ALVES, L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Associação Brasileira de Educação A Distância**, São Paulo, v. 10, n. 7, p.85-92, out. 2011. Mensal. Disponível em: <http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2018.

GOTTARDI, M. de L. A autonomia na aprendizagem em educação a distância: competência a ser desenvolvida pelo aluno. **Associação Brasileira de Educação a Distância**, São Paulo, v. 14, n. 8, p. 110-123, dez, 2015. Mensal. Disponível em: <http://seer.abed.net.br/edicoes/2015/08_A_AUTONOMIA_NA_APRENDIZAGEM.pdf> Acesso em: 19 fev. 2018.

LITTO, F. M. FORMIGA, M. M. M. (org.) **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância, uma visão integrada**. São Paulo: Thompson Learning, 2007.

MORAES, M. C. **O Paradigma educacional emergente**. Campinas – SP: Papyrus, 1997.

MORAN, J. M. MASETTO, M. T. BEHRENS, M. A. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 21ª Ed. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

MORAN, J. M. **O Uso das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação na EAD - uma leitura crítica dos meios.** <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/T6%20TextoMoran.pdf>. Acesso em: 16 de fev de 2018.

PIVA, D. J. PUPO, R. GAMEZ, L. OLIVEIRA, S. **EAD na Prática: Planejamento, métodos e ambientes de educação online.** São Paulo: Elsevier, 2011.

Disciplina: Legislação Ambiental

Ementa: Proteção constitucional do meio ambiente e sistema nacional do meio ambiente. Política nacional de meio ambiente. Política nacional de resíduos sólidos. Política nacional de recursos hídricos. Responsabilidade civil, penal e administrativa em matéria ambiental. Espaços ambientalmente protegidos.

Competências e Habilidades:

- Compreender os conceitos e fundamentos do direito ambiental.
- Identificar a aplicabilidade dos institutos previstos na legislação ambiental.
- Conhecer os instrumentos de efetivação das políticas ambientais.
- Adotar normas e procedimentos legais no âmbito público e privado.

Conteúdo Programático 1: Proteção Constitucional do Meio Ambiente. Competências Constitucionais em matéria ambiental. Sistema Nacional do meio ambiente.

Conteúdo Programático 2: Políticas Nacionais. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Política Nacional de Recursos Hídricos.

Conteúdo Programático 3: Responsabilidade em matéria ambiental: civil, penal e administrativa. Princípio poluidor-pagador, da prevenção e precaução.

Conteúdo Programático 4: Espaços Ambientalmente Protegidos. Novo Código Florestal Brasileiro. Áreas de Preservação Permanente. Reserva Legal. Unidades de Conservação.

Bibliografia Básica:

MELO, F. **Direito Ambiental.** 2ª ed. São Paulo: Método. 2017.

MILARÉ, E. **Direito do Ambiente.** 11ª ed. São Paulo: RT, 2018.

SARLET, I. W.; FENSTERSEIFER, T.; PRIEUR, M. **Direito Constitucional Ecológico.** 6ª ed. São Paulo: RT, 2019.

Bibliografia Complementar:

FARIAS, T. **Direito Ambiental Brasileiro.** São Paulo: RT, 2019.

GOMES, L. F. **Lei de Crimes Ambientais**. 2. ed. São Paulo: Método, 2017.

MACHADO, P. A. L. **Direito Ambiental Brasileiro**. 26ª ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

Disciplina: Auditoria Ambiental

Ementa: Tipos de auditoria ambiental. Planejamento e aplicação da auditoria ambiental. Condução das atividades de auditoria ambiental. Instrumentos para realização da auditoria ambiental. Critérios de auditoria: NBR ISO 19011-2018. Bases do processo de certificação do sistema de gestão ambiental.

Competências e Habilidades:

- Utilizar as normas técnicas de auditoria ambiental como ferramenta de gestão.
- Identificar os aspectos e impactos mensurados na auditoria ambiental.
- Compreender os processos de auditoria e certificação ambiental.
- Identificar as etapas da auditoria ambiental.

Conteúdo Programático 1: Histórico das questões ambientais e adoção da auditoria ambiental nas organizações.

Conteúdo Programático 2: Normas aplicadas a auditoria ambiental.

Conteúdo Programático 3: Planejamento e condução da Auditoria ambiental de primeira parte.

Conteúdo Programático 4: Certificação e o papel do auditor ambiental.

Bibliografia:

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR ISO 19011:2018** – Diretrizes para auditoria de sistemas de gestão. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

CAMPOS, L. M.; LERÍPIO, A. **Auditoria Ambiental - Uma Ferramenta de Gestão**. São Paulo: Atlas. 2009.

OLIVEIRA, C. M. de. **Manual de Auditoria Ambiental**. Ed: Celso Maran ebook. 2009.

PHILIPPI JR, A. ROMERO, M. A. BRUNA, G. C. **Curso de Gestão Ambiental**. São Paulo: Ed. Manole. 2. ed. 2014.

Bibliografia complementar:

CARPINETTI, Luiz Cesar Ribeiro; GEROLAMO, Mateus Cecílio. **Gestão da Qualidade ISO 9001:2015: requisitos e integração com a ISO 14001:2015**. São Paulo: Atlas, 2019. 204 p.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR ISO 9001:2015 – Sistemas de gestão da qualidade – Requisitos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR ISO 14001-2015. Sistema de Gestão Ambiental – requisitos e orientações**. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

VILELA JUNIOR, A. DEMAJOROVIC, J. **Modelos e Ferramentas de Gestão Ambiental**. 1. ed. São Paulo: Senac. 2006.

Disciplina: Gestão da Responsabilidade Social e Ambiental

Ementa: Fundamentos e desafios do desenvolvimento sustentável. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Agenda 2030. O que é Responsabilidade Social Empresarial. Fundamentos da responsabilidade social e ambiental. Ética e cidadania empresarial. Instrumentos da Responsabilidade Social Empresarial. NBR 16001. ISO 26000. Balanço Social, Indicadores e Governança Corporativa. Relatórios de Sustentabilidade e de Responsabilidade Socioambiental. Modelo *Global Reporting Initiative*.

Competências e Habilidades:

- Identificar as características e oportunidades do desenvolvimento sustentável;
- Utilizar ferramentas de responsabilidade social empresarial para a gestão de empresas;
- Conhecer e aplicar os instrumentos da RSE, analisar relatórios de responsabilidade socioambiental.

Conteúdo Programático 1: Desenvolvimento Sustentável

Conteúdo Programático 2: Definições de Responsabilidade Social Empresarial - RSE e ambiental.

Conteúdo Programático 3: Instrumentos de RSE (NBR 16001, ISO 26000, Balanço Social, Governança Corporativa, Indicadores de RSE, Códigos de Ética e Conduta).

Conteúdo Programático 4: Relatórios de Responsabilidade Socioambiental – GRI e Relatório Integrado.

Bibliografia:

BETIOL, L. et al. **Compra Sustentável: a força do consumo público e empresarial para uma economia verde e inclusiva**. Programa Gestão Pública e Cidadania, FGV, 2012.

DE JORNALISTAS, Rede Ethos. **Conceitos Básicos e Indicadores de Responsabilidade Social Empresarial**. São Paulo: Instituto Ethos, 2007.

ETHOS. **Indicadores Ethos para negócios sustentáveis e responsáveis**. São Paulo: Instituto Ethos, 2014.

KOTLER, P.; HESSEKIEL, D.; LEE, N. **Boas Ações: Uma nova abordagem empresarial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MACARTHUR, Ellen. **Rumo à economia circular: O racional de negócio para acelerar a transição**. Ellen MacArthur Foundation, 2015.

VEIGA, J. E. **A desgovernança mundial da sustentabilidade**, São Paulo: Editora 34, 2013 .

VEIGA, J. E. . **Para Entender o Desenvolvimento Sustentável**. 1ª. ed. São Paulo: Editora 34, 2015. v. 1. 231 p.

Bibliografia complementar:

ASHLEY, P. A. et al. **Ética, responsabilidade social e sustentabilidade nos negócios : (des)construindo limites e possibilidades**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

BENITES, L. L. L.; POLO, E. F. A sustentabilidade como ferramenta estratégica empresarial: governança corporativa e aplicação do Triple Bottom Line na Masisa. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 6, p. 827-841, 2013.

COMUM, Nosso Futuro. **Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

HAMMES, V. S. et.al. **Empresa, meio ambiente e responsabilidade socioambiental**. Brasília: Embrapa, 2012. 443p.

Disciplina: Saneamento Ambiental e Saúde Pública

Ementa: Conceitos de saneamento ambiental e saúde pública. Sistemas de abastecimento de água. Sistemas de tratamento de esgotos e manejo de águas pluviais. Ecologia, educação ambiental e saúde. Impactos socioambientais e a importância da saúde ambiental para a sociedade. Gestão do saneamento básico no Brasil. Modelos de prestação de serviços públicos de saneamento básico.

Competências e Habilidades:

- Compreender os conceitos básicos de saneamento ambiental e saúde pública.
- Identificar as doenças correlacionadas a falta de saneamento básico.
- Operar sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário

- Obter uma visão integrada do funcionamento dos sistemas de abastecimento, drenagem e esgoto. |

Conteúdo Programático 1: Noções básicas de saneamento ambiental e saúde pública. Ciclo da água e relação com a humanidade. Sistemas de abastecimento de água. Principais normas do saneamento ambiental brasileiro.

Conteúdo Programático 2: Sistemas de tratamento de esgotos e manejo de águas pluviais. Controles de qualidade e normas e requisitos legais aplicáveis vigentes. Processo de esgotamento sanitário.

Conteúdo Programático 3: Ecologia, educação ambiental e saúde. Interrelações entre os seres vivos e o meio ambiente. Ciclos biogeoquímicos e a relação com os fluxos de energia. Impactos socioambientais e a importância da saúde ambiental para a sociedade.

Conteúdo Programático 4: Panorama da Gestão do Saneamento Básico no Brasil. Panorama das políticas e programas governamentais sobre saneamento básico no Brasil. Entidades reguladoras. Instrumentos e da apresentação do diagnóstico do saneamento básico no país. Modelos de prestação de serviços públicos de saneamento básico

Bibliografia Básica: |

FUNASA. **Manual de Saneamento**. 4. ed. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, FUNASA. 2006.

PHILIPPI JR, A. **Saneamento, Saúde e Ambiente**. São Paulo: Manole. 2005. 842p.

PHILIPPI JR., A.; GALVÃO JR., A. C. **Gestão do Saneamento Básico: Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário**. São Paulo: Manole. 2011.

ODUM, Eugene P.; BARRETTT, Gary W.. **Fundamentos de Ecologia**. São Paulo: Cengage Learnin, 2020.

Bibliografia Complementar:

BORJA, P. C.; MORAES, L. R. S. Sistema de indicadores de saúde ambiental - saneamento em políticas públicas. **Bahia Análise & Dados**, SEI, v. 10, n.4, p.229-244, Março/2001.

CRESPO, P. G. **Sistema de Esgotos**. Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da Escola de Engenharia da UFMG, 1997. 131p.

TSUTIYA, M. T. **Abastecimento de Água**. São Paulo. Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da Escola Politécnica da USP, 2004. 843p.

NETTO, José Martiniano de Azevedo; FERNANDEZ, Miguel Fernandez y. **Manual de hidráulica**. 9. ed. São Paulo: Blucher, 2018

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Ministério do Meio Ambiente. **Histórico Brasileiro**. 2020. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/pol%C3%ADtica-nacional-de-educac%C3%A7%C3%A3o-ambiental/historico-brasileiro.html>. Acesso em: 11 ago. 2020. |

Disciplina: Estudos de Conflitos Ambientais: Impactos Ambientais e de Vizinhança

Ementa: O processo de Avaliação de Impacto Ambiental – AIA. Legislação pertinente. Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental - EIA-RIMA. Multidisciplinaridade. Métodos de avaliação de impacto. Avaliação do grau de importância dos impactos – qualitativo. Conceituação de Impacto de vizinhança, aspectos legais. Conteúdo do Estudo de impacto de vizinhança – EIV e suas aplicações.

Competências e Habilidades:

- Reconhecer os conceitos e objetivos da avaliação de impacto ambiental;
- Familiarizar-se com a legislação pertinente;
- Compreender os processos para gestão de estudos de impacto ambiental;
- Conhecimento teórico e prático em Impacto de vizinhança e sua aplicação nos processos de licenciamento ambiental

Conteúdo Programático 1: Conceitos, processos e objetivos da avaliação de impacto ambiental.

Conteúdo Programático 2: A gestão de estudos ambientais: planejamento e elaboração (EIA-RIMA).

Conteúdo Programático 3: Avaliação de impacto ambiental na prática: execução, monitoramento, resultados e estudos de caso (EIA-RIMA).

Conteúdo Programático 4: O Estudo de impacto de vizinhança - EIV: conceitos, histórico, natureza jurídica e benefícios para a sustentabilidade.

Bibliografia básica:

HAMMES, S. **Julgar: percepção do impacto ambiental**. 3.ed., rev. e ampl. Brasília-DF: Embrapa, 2012. 286p.

ROCCO, R. **Estudo de impacto de vizinhança: instrumento de garantia do direito às cidades sustentáveis**. Lumen Juris, 2006. 241p.

SANCHEZ, L. S. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2006. 495p.

Bibliografia complementar:

SANTOS, R. F. **Planejamento Ambiental: Teoria e Prática**. 2ª ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2007. v. 1. 184p.

SOARES, W. I. R. **O estudo de impacto de vizinhança como instrumento jurídico para alcançar a sustentabilidade na cidade**. 2012. Disponível em: <http://www.jurisway.org.br/monografias/monografia.asp?id_dh=7011>. Acesso em: 19 jan. 2018.

PHILIPPI JR., A. MALHEIROS, T.F. **Indicadores de Sustentabilidade e Gestão Ambiental**. Barueri: Manole. 2012. 724p.

VILELA JUNIOR, A.; DEMAJOROVIC, J. **Modelos e Ferramentas de Gestão Ambiental**. 1. ed. São Paulo: Senac. 2006.

TOMANIK, R. **Estudo de Impacto de Vizinhança e Licenciamento Urbanístico-Ambiental: Desafios e Inovações**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2008. Disponível em: <http://www.bdt.d.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2374>. Acesso em: 19 fev. 2018.

Disciplina: Planejamento e Políticas Ambientais

Ementa:

Fundamentação sobre o uso do solo e dos recursos naturais pela sociedade. Conceituação de sustentabilidade. Apresentação da legislação aplicada e políticas públicas. Estudo de planejamento ambiental e desenvolvimento sustentável, no Brasil e no mundo.

Competências e Habilidades:

- Reconhecer os conceitos relacionados à sustentabilidade, planejamento territorial urbano e políticas públicas aplicáveis ao tema.
- Possibilitar uma visão crítica em relação às práticas de sustentabilidade, dentro do escopo das políticas públicas de ocupação do território.

- Reconhecer e identificar as melhores práticas em relação às ações governamentais e dos entes privados, dentro do escopo de planejamento urbano e territorial, baseando-se na legislação vigente e nas normativas brasileiras aplicáveis.

Conteúdo Programático:

Conteúdo Programático 1: A questão ambiental e os paradigmas contrastantes.

Conteúdo Programático 2: Etapas, estruturas e instrumentos da gestão e planejamento ambiental urbano

Conteúdo Programático 3: Indicadores ambientais e planejamento territorial, políticas públicas, o desenvolvimento regional e a sustentabilidade.

Conteúdo Programático 4: Cidades inteligentes e sustentáveis no Brasil e no mundo.

Bibliografia:

BALESTRI, E. L.; DA SILVA, D. E. S. **Planejamento ambiental e urbano**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S. A., 2018. 184 p.

CNM. Confederação Nacional dos Municípios. **Desenvolvimento urbano: gestão territorial responsável**. Brasília: CNM, v. 10, 2008. 84 p.

CORTESE, T. T. P.; KNISS, C. T.; MACCARI, E. A. (orgs.). **Cidades Inteligentes e Sustentáveis**. 1ed. Barueri: Manole, 2017. v. 1. 176 p.

GIAMBASTIANI, G. L. et al. **Planejamento urbano e regional: dimensionamento**. Porto Alegre: SAGAH, 2019. E-book.

LUZ, A. M.; DEL SANT, R. **Gestão e saneamento ambiental**. Editora e Distribuidora Educacional S. A., 2016. 192 p.

MARTINS, B. C. **Planejamento urbano e regional**. Organizadora: Bianca Camargo Martins. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019. E-book.

PHILIPPI Jr, A.; ROMERO, M. A. DE; BRUNA, G. C. **Curso de Gestão ambiental**. 2 ed. São Paulo - SP: Manole, 2014. v. 3. 1045 p.

RECH, A. U.; MARTIN, J; AUGUSTIN, S. **Direito ambiental e sociedade**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2015. 292 p.

SANTOS, R. F. dos. **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

Bibliografia complementar:

AMORIM, J. **Gestão e Planejamento ambiental urbano**: Uma avaliação dos impactos socioambientais em áreas de preservação permanente no espaço urbano, em Uberlândia – MG. **Revista Mirante**, v. 06, 2009.

BUENO, K. E. M; TAVEIRA, B. D. A.; FOGAÇA, T.K. **Planejamento e gestão ambiental**. Curitiba: Intersaberes, 2020. 308 p.

ICLEI BRASIL – Governos Locais pela Sustentabilidade. **Construindo cidades verdes**: Manual de políticas públicas para construções sustentáveis. 1. ed. São Paulo, 2011.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Sustentabilidade urbana**: impactos do desenvolvimento econômico e suas consequências sobre o processo de urbanização em países emergentes (Textos para as discussões da Rio +20). Brasília, v. 1 a 3, 2015.

Disciplina: Licenciamento Ambiental

Ementa: Licença ambiental como instrumento da política nacional de meio ambiente. Legislação pertinente. Competências. Atividades a serem licenciadas. Tipos de licença ambiental e etapas do licenciamento. Prazos. Condicionantes. Instrumentos legais de licenciamento ambiental.

Competências e Habilidades:

- Entender a importância do processo de licenciamento ambiental;
- Diferenciar os tipos de licenças ambientais e a legislação aplicável para cada situação;
- Conhecer os órgãos e procedimentos do licenciamento ambiental e identificar os empreendimentos e atividades que necessitam de licenciamento ambiental;

Conteúdo Programático 1: Introdução e Histórico do Licenciamento Ambiental no Brasil. A Qualidade Ambiental como uma Razão para se fazer o Licenciamento Ambiental.

Conteúdo Programático 2: Legislação Aplicável ao Licenciamento Ambiental. Tipos de Licenças Ambientais.

Conteúdo Programático 3: Empreendimentos e Atividades que Necessitam de Licenciamento Ambiental. Órgãos e Procedimentos do Licenciamento Ambiental.

Conteúdo Programático 4: Monitoramento e Participação Popular no Licenciamento Ambiental. Licenciamento Ambiental para Fins Urbanísticos: estudos, planos e projetos.

Bibliografia:

CETESB. **Manual para elaboração de estudos para o licenciamento com avaliação de impacto ambiental**. São Paulo, 2014.

CUNHA, S. B. da; GUERRA, A. J. T. **Avaliação e perícia ambiental**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 294p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Capacitação de gestores ambientais: licenciamento ambiental**. Brasília: MMA, 2009. 90p.

Bibliografia complementar:

MOTTA, D. M.; PÊGO, B. **Licenciamento ambiental para o desenvolvimento urbano: avaliação de instrumentos e procedimentos**. Rio de Janeiro: Ipea, 2013.

Disciplina: Direito Penal Ambiental

Ementa: Proteção jurídico-penal do meio ambiente. Análise da Lei nº 9605/1998. Dos crimes contra a Fauna. Dos crimes contra a Flora. Aspectos processuais penais da responsabilização penal. Ação Penal. Responsabilização penal da pessoa jurídica.

Conteúdo Programático 1: A proteção jurídico-penal do meio ambiente.

Conteúdo Programático 2: Introdução ao direito penal ambiental.

Conteúdo Programático 3: Crimes em espécie.

Conteúdo Programático 4: Questões processuais penais da responsabilização penal pela prática de crime ambiental.

Competências e Habilidades:

- Compreender a complexidade relacionada à proteção ambiental pelo Direito Penal;
- Conhecer os pressupostos do Direito Penal Ambiental;
- Reconhecer criticamente os crimes contra o meio ambiente;
- Analisar criticamente os fundamentos da responsabilização pela prática de crimes contra o meio ambiente.

Bibliografia:

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal: legislação penal especial**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios; BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. **Legislação Penal Especial**. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

PRADO, Luiz Regis. **Direito Penal do ambiente: crimes ambientais (Lei 9.605/1998)**. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

ROCHA, Fernando A. N. Galvão da. **Estudos em Direito Penal ambiental**. Belo Horizonte: Editora Expert, 2021.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm>. Acesso em: 21 jun. 2022.

FREITAS, Vladimir Passos de. **Crimes Contra a Natureza**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 9. ed., 2012.

GOMES, Luiz Flávio; MACIEL, Silvio Luiz. **Lei de crimes ambientais: comentários à lei 9.605/1998**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira. **Alguns Aspectos sobre a Lei dos Crimes Ambientais**. Disponível em: <www.mp.pe.gov.br/alguns_aspectos_sobre_lei_de_crimes_ambientais>. Acesso em: 10.08.2017.

RODRIGUES, Denilson da Silva. A pessoa jurídica de direito público como sujeito ativo de crime ambiental. **Revista de direito ambiental**, São Paulo, v. 23, n. 90, p. 245-266, abr./jun.. 2018. Disponível em: http://200.205.38.50/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=143590. Acesso em: 22 jun. 2022.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Curso de Direito Ambiental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. E-book

SILVA SANCHEZ, Jesus-Maria. **Política Criminal y nuevo derecho penal**. Barcelona: José María Bosch Editor, 1997.

TAVARES, Juarez. Fundamentos de teoria do delito. São Paulo: Tirant lo blanch, 2020.

TRENNEPOHL, Terence. **Manual de direito ambiental**. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. E-book

Disciplina: Direito Ambiental Internacional

Ementa: Apresentar os aspectos do meio ambiente no mundo contemporâneo, princípios do Direito ambiental, legislação ambiental no Brasil, responsabilidade por danos, relacionar o cenário brasileiro com o panorama internacional em termos de aquecimento global poluição por resíduos sólidos e conferências internacionais, como a Estocolmo.

Conteúdo Programático 1: Introdução ao direito ambiental.

Conteúdo Programático 2: O meio ambiente na constituição federal.

Conteúdo Programático 3: Responsabilidade por danos ao meio ambiente.

Conteúdo Programático 4: Política nacional do meio ambiente.

Conteúdo Programático 5: Mudanças climáticas.

Conteúdo Programático 6: Direito internacional e comércio.

Conteúdo Programático 7: Direito internacional ambiental: fontes formais.

Conteúdo Programático 8: Atualidades sobre meio ambiente na esfera internacional.

Bibliografia:

SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento. **Direito Ambiental Internacional**. 2.ed. Rio de Janeiro: Thex Editora, 2002.

AMADO, Frederico. **Direito Ambiental**. São Paulo: Gen. 5. ed. 2015.

Bibliografia complementar:

UNESCO. Reservas de Biosfera: La Estrategia de Sevilla y el Marco Estatutário de la Red Mundial. Paris: UNESCO, 1996.

12. Infraestrutura Física e Pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

Hardware:

- Processador Intel Core 2 Duo ou superior.
- 2Gb de Memória RAM.

- Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bit e compatível com Microsoft DirectShow.
- Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

Software:

- Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).
- Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.
- Adobe Flash Player (atualizado).
- Plugin de vídeos SilverLigth (atualizado)

Rede:

- Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.
- Em caso de acesso em ambientes corporativos além da velocidade, é necessário verificar as condições de segurança de rede de sua empresa e se certificar que o site não estará bloqueado.

Adicionalmente, é prevista a utilização da biblioteca virtual para consultas bibliográficas e pesquisa de assuntos referentes às disciplinas ministradas.

